

## Capítulo I

Imigração e mobilidade social

Leôncio Martins Rodrigues

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RODRIGUES, LM. Imigração e mobilidade social. In: *Industrialização e atitudes operárias: estudo de um grupo de trabalhadores* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, pp. 1-36. ISBN: 978-85-7982-022-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## I IMIGRAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL

O presente capítulo destina-se a oferecer ao leitor algumas indicações sobre as características mais gerais dos trabalhadores da Empresa Automobilística, especialmente aquelas relacionadas ao seu *background* profissional e social. Assim, antes de passar à análise de suas atitudes ante a empresa, o sindicato e a política, cumpre proporcionar algumas informações preliminares sobre o grupo estudado, de modo a que se possa entender melhor suas motivações, valores e aspirações ante o trabalho e a sociedade. Portanto, esta parte permanece essencialmente num nível descritivo, assentando e pondo em relevo determinados dados que servirão para apoiar as interpretações subsequentes.

### A ORIGEM DA MÃO DE OBRA

De acordo com esse esquema de exposição, cumpre preliminarmente verificar a origem do grupo estudado, questão que, em escala reduzida, refere-se à da própria formação da camada operária em São Paulo: De que setores se recrutam a mão de obra industrial paulistana? Quais suas experiências profissionais? Qual seu nível de escolaridade?

No sentido das indagações anteriores, o primeiro fato a ser destacado e que apenas 15% dos operários incluídos na amostra nasceram no “Grande São Paulo”.<sup>1</sup> A grande maioria (53%) nasceu no interior do Estado, contribuindo as demais regiões com 26% e o Exterior com 4%. Entre os ferramenteiros – a categoria profissional mais qualificada entre os operários da empresa – a proporção de nascidos no “Grande São Paulo” ascendeu a 28%.

Contudo, o aspecto sociologicamente significativo não é tanto o local de nascimento, mas a atividade profissional a que se dedicava parte desses trabalhadores antes de se deslocarem para São Paulo. *Está-se em presença de um grupo operário composto maciçamente de trabalhadores de origem*

<sup>1</sup> Entendemos por “Grande São Paulo” apenas os municípios de São Paulo, Santo André, São Bernardo, São Caetano e Osasco.

agrícola, mais precisamente de operários que tiveram algum tipo de experiência de trabalho na agricultura, seja como assalariados agrícolas, seja como pequenos proprietários, meeiros ou rendeiros. Como seria de se esperar, a proporção de trabalhadores de origem agrícola é mais elevada nos níveis salariais inferiores e consideravelmente mais baixa entre os trabalhadores qualificados. Note-se, no quadro abaixo, que 53% dos operários entrevistados tinham tido experiência de trabalho na agricultura, enquanto, entre os ferramenteiros, essa cifra baixava para 17%.

Tabela 1: Distribuição quanto à origem

	Operários	Ferramenteiros
Trabalharam na agricultura	53%	17%
Não trabalharam na agricultura	47 (100%)	83 (100%)

Não se dispõe de estatísticas gerais relativas à proporção de trabalhadores de origem rural no conjunto da mão de obra industrial paulista. Em pesquisa efetuada com trabalhadores de uma indústria metalúrgica (fevereiro-abril de 1957) Juarez Brandão Lopes<sup>2</sup> relacionou a origem da mão de obra com a qualificação profissional: entre os trabalhadores não qualificados e semiquilificados (n = 329) somente 7,0% eram provenientes da cidade de São Paulo; 48,9% vinham do interior deste e de outros Estados (excetuando-se o Nordeste); 25,2% do Nordeste e 18,9% de países estrangeiros. Entre os operários qualificados, controladores e contramestres (n=50), a proporção de trabalhadores nordestinos baixava consideravelmente (2,0%) enquanto se elevava a participação de paulistanos natos (14,0%) e a de trabalhadores estrangeiros atingia 62,0%.<sup>3</sup>

<sup>2</sup> Juarez R. Brandão LOPES, *Sociedade Industrial no Brasil*, cap. II, “O Ajustamento do Trabalhador à Indústria: Mobilidade Social e Motivação”, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1964, p. 32.

<sup>3</sup> Além da carência de mão de obra qualificada e de técnicos nacionais, a presença, neste setor, de elevados contingentes de estrangeiros explica-se pelo fato de que, apesar do acentuado declínio das correntes migratórias externas, nos últimos anos o elemento qualificado passou a entrar em volume consideravelmente superior ao do não qualificado. Assim, em 1946, entraram no Estado de São Paulo, vindo de outros países, 447 operários qualificados e 101 não qualificados. Em 1951, os primeiros atingiram 7.606 enquanto os segundos apenas 755. Manuel DIEGUES JÚNIOR, *Imigração, Urbanização, Industrialização*, Rio, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964, p. 315.

Indica Juarez R. Brandão Lopes que a quase totalidade dos trabalhadores originários do interior do Estado de São Paulo e de outros Estados exercia algum tipo de atividade agrícola antes de se dirigir para as cidades. “Os nordestinos (incluindo-se neste grupo os baianos), em sua maioria, provêm de famílias de sitiantes e, às vezes, de meeiros. O grupo de trabalho nas suas propriedades é a família numerosa, auxiliada, às vezes no caso dos sitiantes, por poucos empregados. A agricultura é de subsistência; apenas “sobras” eventuais são vendidas nas feiras locais. Nas propriedades de alguns, porém, principalmente nas próximas da zona litorânea, fora do Polígono da Seca, uma parte maior da produção agrícola e da criação é destinada ao mercado. Por outro lado, os operários do interior de São Paulo, embora sejam muitas vezes, como os nordestinos, de famílias de sitiantes e de meeiros, devido à economia mais desenvolvida da região, plantavam em suas terras café ou algodão (bem como outros produtos) para o mercado, tendo as roças de “mantimento” para o consumo da família um papel secundário nas suas atividades agrícolas. São também mais frequentes que no grupo do Nordeste os paulistas que eram camaradas ou colonos em fazendas”.<sup>4</sup> Indicações que comprovam a presença de forte contingente operário de origem rural na indústria paulista são encontradas também na pesquisa efetuada por Luiz Pereira em várias fábricas da capital.<sup>5</sup>

Desse ângulo, portanto, a situação na Empresa Automobilística parece não se diferenciar notavelmente da registrada em outras empresas de São Paulo. O proletariado paulista, pelo que indicam as pesquisas realizadas, parece composto em grande parte por trabalhadores nacionais nascidos em áreas rurais ou em pequenas cidades do interior de São Paulo e outros Estados. A inexistência de informações mais amplas sobre a formação do proletariado paulistano, entretanto, não permite estabelecer exatamente qual a proporção de trabalhadores de origem agrícola no conjunto da mão de obra industrial. A participação do elemento estrangeiro, apesar de muito ter diminuído – em comparação com a primeira década do século – ainda permanece importante, principalmente entre os setores mais

<sup>4</sup> *Ibid.*, p. 33.

<sup>5</sup> Luiz PEREIRA, *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1965.

qualificados. Na Empresa Automobilística, os estrangeiros compreendiam 9,35% do *total* de operários existentes em todas as suas secções e fábricas.<sup>6</sup>

A presença do “passado rural” não se expressa somente na experiência *pessoal e direta* com o trabalho na lavoura. Na maior parte dos casos, os trabalhadores são descendentes de lavradores (pequenos proprietários, rendeiros ou assalariados agrícolas). Entre os *operários* entrevistados encontramos 63% cujos pais haviam anteriormente trabalhado na agricultura; entre os *ferramenteiros* a porcentagem decaía para 29%.

Outro aspecto a assinalar na descrição do grupo estudado é o fato de se tratar de trabalhadores imigrados *recentemente* para São Paulo. Trata-se de uma classe operária “jovem”, sem tradição de trabalho industrial e de vida num grande centro urbano.

Tabela 2

<i>Data de chegada a São Paulo</i>	<i>Operários</i>	<i>Ferramenteiros</i>
Antes de 1939	4%	19%
De 1939 a 1943	14	–
De 1944 a 1948	14	25
De 1949 a 1953	17	19
De 1954 a 1958	26	37
De 1959 a 1963	25	–
	(100%)	(100%)
Sem resposta	2%	–
n =	53	16

Obs.: Porcentagens extraídas excluindo-se os que não responderam.

Mais da metade dos *operários* nascidos em outras localidades estão vivendo em São Paulo há menos de dez anos. A porcentagem dos que chegaram depois de 1959 é relativamente elevada, atingindo um quarto do total. Note-se, por outro lado, que nem um só *ferramenteiro* tem menos de cinco anos de vivência na capital, tomando-se como ponto de referência a data de aplicação dos questionários (segundo semestre de 1963).

Como evidenciaram outros estudos, as correntes migratórias do campo e das pequenas cidades para as metrópoles, São Paulo em particular, estão relacionadas à busca de melhores oportunidades e aspirações de

<sup>6</sup> A proporção do elemento estrangeiro é bem mais elevada entre os trabalhadores de escritório, entre os técnicos e engenheiros. Neste grupo, os dados registram 18,37% de estrangeiros no total de empregados.

ascensão social. Os dados levantados na Empresa Automobilística indicam claramente tais motivações dos migrantes. Convém insistir neste ponto porque as aspirações que ensejam as correntes migratórias constituem um componente relevante para a compreensão das atitudes operárias ante a empresa, o trabalho e a sociedade global.

Tabela 3: “Por que o Sr. veio para São Paulo?”

	Operários	Ferramenteiros
Veio à procura de melhores condições de vida e de trabalho	79%	44%
Veio com a família, quando criança	17	31
Veio para estudar	–	6
Veio para prestar serviço militar	–	6
Por outros motivos	4	13
	(100%)	(100%)
Sem resposta	2%	–
n =	52	16

Obs.: Porcentagens extraídas excluindo-se os que não responderam.

Comparando-se as duas categorias, operários e ferramenteiros, chama atenção à porcentagem mais elevada de operários que, já *adultos*, deslocaram-se para São Paulo em busca de melhores oportunidades profissionais. Entre os ferramenteiros encontra-se uma proporção relativamente superior de indivíduos que vieram, quando *crianças*, com as famílias, o que era de se esperar, uma vez que entre os trabalhadores de menor qualificação, é que se encontra o maior volume de entrevistados chegados há pouco a São Paulo. Chama a atenção também o fato de não se encontrar, entre os operários, um só que tenha vindo para estudar (os ferramenteiros que vieram com tal objetivo são todos descendentes de japoneses). Excluindo-se os que se dirigiram para São Paulo com os pais, verifica-se que a quase totalidade estava movida por uma única aspiração: obter condições de vida superiores às dos lugares de origem. Conjugam-se, no processo migratório, a luta pela sobrevivência, o desejo de “melhorar de vida” e aspirações mais definidas de ascensão social.

“Vim com vinte anos, tentar a sorte em São Paulo; a vida de trabalhar na lavoura não dava futuro”.

“Fui criado com minha avó na fazenda. Vim para São Paulo em busca de melhoria”.

“Lá eu tinha uma vida incerta. Trabalhava com meu pai; a gente arrendava terra para plantar. Aqui eu sabia que teria mais facilidade de emprego. Poderia ajudar meus pais. Todos os meses mando dinheiro para eles”.

Cumpra deixar claro que as aspirações de melhoria de vida, no processo migratório, não se encontram unicamente entre os trabalhadores originários da agricultura. São encontradas – talvez de modo mais nítido – entre os trabalhadores originários de pequenas cidades do interior (Estado de São Paulo inclusive), que *já trabalhavam como operários*. É claro que, neste caso, não se poderia falar de mudanças de *status* profissional e de migração rural-urbana tal como ocorre entre os que abandonam a ocupação na agricultura. Entre os trabalhadores que compuseram a amostra, encontramos 33% de indivíduos que vieram diretamente para São Paulo sem terem passado previamente pela agricultura. Contudo, como se salientou, aqui também a motivação é sempre a mesma: procura de melhores oportunidades profissionais, crença de que na cidade grande as possibilidades de ascensão social e de melhoria de padrão de vida são maiores.

“Vim para melhorar a situação. Lá só havia uma indústria mecânica. Aqui a possibilidade é maior”.

“Lá tem pouca indústria, pouca escola; vim para me aperfeiçoar, para melhorar a situação econômica”.

“A vida no interior era difícil. Eu era mecânico de automóvel e não tinha muito futuro. Aqui em São Paulo é melhor”.

“Aos 17 anos eu trabalhava como padeiro; ganhava pouco e não tinha possibilidade de outro emprego na minha cidade. Então resolvi vir para São Paulo, pois na capital poderia me empregar melhor”.

## FORMAÇÃO PROFISSIONAL, *TURNOVER* E NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Considerando o baixo nível cultural das populações rurais brasileiras, as técnicas rudimentares utilizadas nas lides agrícolas, não deve surpreender, entre os trabalhadores estudados, a *ausência de uma efetiva formação profissional e o baixo nível de escolaridade* e, como uma de suas decorrências, a *elevada taxa de mobilidade profissional*. Este último aspecto já foi salientado por Juarez B. Lopes no estudo citado:

Observando-se os empregos dos entrevistados desde que chegaram pela primeira vez a São Paulo verificam-se, muitas vezes, frequentes mudanças de ocupação, não só de um ramo industrial para outro, o que era de qualquer modo de se esperar, devido à falta de qualificação dos operários empregados numa produção em série, mas também de fábricas para lojas ou para ocupações marginais como

vendedores ambulantes, sob comissão ou por conta própria, ou saindo da cidade para voltar novamente para a lavoura.<sup>7</sup>

E o autor ofereceu os seguintes resumos de “histórias de vida” que vale a pena transcrever:

S.A.D. (Ibicaraí, Bahia):

Operário (1 ano e meio) – Volta ao sítio na Bahia (21 dias) – Vendedor em base de comissão, em porta de loja (1 ano) – operário (4 anos).

C.C.F. (Jaú, São Paulo):

Lavrador em empresa de ônibus (3 meses) – Operário (8 anos) – Sítio (2 anos) – Operário (2 anos).

J.J. (Ibiquara, Bahia):

Servente de pedreiro (2 meses) – Aprendiz de padeiro (2 semanas) – Operário (1 ano e meio) – Vendedor praticista na base de comissão (?) – Operário (15 dias) – Operário (2 anos e meio).

Observações no mesmo sentido são encontradas na pesquisa de Luiz Pereira, nas entrevistas realizadas com trabalhadores de origem rural. Um exemplo típico é o depoimento de um ajudante de mecânico (35 anos, curso primário completo o qual “tendo trabalhado na propriedade (agrícola) do pai, na Bahia, aos 19 anos foi servente de pedreiro em São Paulo, aos 20 anos empacotador numa casa de tecidos (atacadista) em São Paulo, a seguir (por 3 meses) – sempre na capital – ajudante numa fundição, “ajudante interno” numa fábrica de pianos (8 meses), vendedor ambulante por conta própria (roupa em feiras-livres em bairros) durante 5 anos, e há 4 anos “furador de chapas” (máquina de punção) numa pequena indústria mecânica...”<sup>8</sup>

É verdade que a legislação trabalhista, assegurando indenização em caso de dispensa, aliada à política das empresas de não permitir que o operário consiga a estabilidade no emprego, contribuía para dificultar períodos prolongados de serviço numa fábrica. Porém, a transferência de um tipo de atividade para outro, com mudança<sup>9</sup> do ramo industrial e de ocupação explica-se, em grande parte, pela inexistência de formação

<sup>7</sup> Juarez Brandão LOPES, *op. cit.*, p. 41.

<sup>8</sup> Luiz PEREIRA, *op. cit.*, p. 169. Eunice Ribeiro DURHAM encontrou igualmente elevada rotatividade profissional entre os migrantes nordestinos. Cf., *Migração, Trabalho, Família*, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (USP), São Paulo, 1966, (mimeo.).

profissional, fato que leva os trabalhadores não qualificados a empregarem-se como operários braçais em empresas dos mais diferentes ramos industriais e em outros setores da atividade econômica (comércio, agricultura, serviços, etc.). A extrema mobilidade profissional parece ser, assim, uma das características do trabalhador brasileiro.

## A – Instrução e preparo técnico

O nível de escolaridade do grupo estudado é baixo, se temos em conta os requisitos educacionais situados pela sociedade moderna. Entre todos os entrevistados não se encontrou nenhum trabalhador que tivesse grau de instrução formal superior à ginásial. Apenas 4% dos operários declararam possuir ginásio completo. Entre os ferramenteiros a proporção foi de 9%. Por outro lado, 6% dos operários não possuíam nenhuma instrução. Eram trabalhadores semialfabetizados que, amiúde, encontram dificuldade na simples leitura. Entre os trabalhadores chegados recentemente de áreas tradicionais (*Trad.*), a porcentagem dos que afirmaram não possuir nenhuma instrução atingiu 10%. Observe-se, no entanto, que, entre os ferramenteiros, 70% concluíram o curso primário.

Tabela 4: Instrução dos entrevistados

	<i>Operários</i>	<i>Ferramenteiros</i>	<i>Mod.</i>	<i>Trad.</i>
Nenhuma instrução	6%	–	–	10%
Primário incompleto	30	4%	–	40
Primário completo	53	70	70%	45
Ginásio incompleto	7	17	20	5
Ginásio completo	4	9	10	–
	(100%)	(100%)	(100%)	(100%)
	62	24	22	20

A ausência de ginásio poderia ser “compensada” de alguma maneira com algum curso técnico (curso de desenho mecânico, de rádio, etc.) mais adequado ao tipo de trabalho a que se dedicam os entrevistados. No entanto, poucos são os que fizeram ou estão fazendo algum curso de natureza técnica ou profissional. Entre os operários, cerca de dois terços responderam negativamente à pergunta: “O Sr. fez ou está fazendo algum curso técnico?”. A proporção se inverte no caso dos ferramenteiros, mas é preciso notar que uma formação profissional mais aprimorada constitui precisamente forte requisito para o preenchimento das funções atribuídas a

esse grupo. Assim sendo, chega a ser surpreendente encontrar-se, entre os ferramenteiros, trabalhadores que não realizaram nenhum curso técnico e que aprenderam a profissão “na prática”.

Tabela 5. “O Sr. fez ou está fazendo algum curso técnico?”

	Operário	Ferramenteiros
Sim	24%	5%
Não	76 (100%)	25 (100%)
n =	62	24

O baixo nível de instrução geral acompanha-se, pois, de deficiente formação profissional e especializada. Apenas 9% dos operários cursaram escolas técnicas, sendo que 40% aprenderam a profissão na própria Empresa Automobilística. Ante a carência de mão de obra qualificada, a empresa manteve, durante certo tempo, cursos próprios para a preparação de seus trabalhadores. A experiência não resultou satisfatória e, no momento em que realizávamos a pesquisa, havia sido abandonada.

Tabela 6: “Onde aprendeu a profissão?”

	Operários	Ferramenteiros
Aprendeu na prática, em outra fábrica	49%	44%
Aprendeu na Empresa Automobilística	41	6
Aprendeu em alguma escola técnica	9	67
Outras respostas	2	
n =	62	18

Obs.: Respostas múltiplas. Soma das porcentagens superior a 100%.

Essa situação não parece peculiar à Empresa Automobilística. A deficiente formação técnico-profissional dos trabalhadores afeta não apenas a indústria automotriz, mas o parque manufatureiro paulista no seu conjunto. É certo que a expansão industrial do último decênio foi extremamente rápida, não propiciando em tempo oportuno à formação especializada de mão de obra. Contudo, é preciso ter em conta outros fatores, como a conhecida precariedade da rede escolar, que efetivamente não serve as camadas inferiores da população brasileira, e a valorização que a cultura tradicional concede aos empregos e ocupações não manuais. Neste contexto, a expansão das matrículas nas escolas profissionais tem sido inteiramente insatisfatória, em comparação com as necessidades do parque fabril. Observa M. Brejon que o ensino profissional foi “o que apresentou menor ritmo de desenvolvimento nos últimos 10 anos, quer se considerem

os números absolutos de matrículas e o seu aumento percentual, quer se levem em conta os totais de conclusões de curso e as respectivas porcentagens calculadas sobre o total de conclusões do ensino médio. Na realidade, as matrículas e conclusões dos cursos industriais diminuíram, nos últimos dez anos, relativamente aos outros ramos do ensino médio”.<sup>9</sup>

Até que ponto os níveis profissionais e educacionais observados na Empresa Automobilística correspondem aos registrados em outras indústrias do “Grande São Paulo”? Não se tem elementos para responder a essa indagação, mas dois fatores devem ser balanceados se pensarmos na generalização dos dados obtidos no grupo de trabalhadores estudados. De um lado, a Empresa Automobilística é considerada “boa empregadora”. Dotada de grandes recursos, em comparação com as empresas de menor porte, está em situação relativamente vantajosa para melhor selecionar seus empregados. Um grau mais elevado de formação técnica e de escolaridade constitui fator indispensável para a realização de determinadas tarefas. Mas, por outro lado, no caso de grande parte dos operários da Empresa Automobilística, tais requisitos são relevantes apenas do ponto de vista *social*: maior rapidez de adaptação à organização da empresa, maior responsabilidade, maior acatamento aos regulamentos, capacidade de ajustamento grupai, etc. Do ponto de vista estritamente *técnico*, os operários da linha de montagem – que compõem a maior parte da amostra – não necessitam, para o cumprimento das tarefas que lhes são assinaladas, de um nível elevado de educação formal (geral ou profissional). Não se lhes exige a leitura, a escrita, a capacidade de decifração de desenhos, conhecimento do material, de ferramentas, etc. São, no caso dos montadores, operários *especializados* na execução de trabalhos repetitivos que não requerem raciocínio e capacidade de decisão.

<sup>9</sup> Moisés BREJON, *Racionalização do Ensino Industrial*, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (USP), Boletim n.º 273, São Paulo, 1962, p. 197. Sobre o mesmo assunto, consulte-se também: *Educação Técnica e Industrialização*, Fórum Roberto Simonsen, Edição do Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, São Paulo, 1964. Os próprios sindicatos operários demonstram pouco interesse pela elevação do nível profissional dos associados. Em 1964, em São Paulo, apenas três sindicatos mantinham cursos pré-vocacionais e o número de alunos era de apenas 135. Cf. Ophelia RABELLO, *A Rede Sindical Paulista*, São Paulo, Instituto Cultural do Trabalho, 1965, pp. 95 e 96.

## B – Leituras de jornais

Um aspecto que merece ser posto em relevo – pois constitui índice de interesse pelos fatos mais amplos da vida política do país – é o que se refere à leitura de jornais. As declarações dos entrevistados revelam que a grande maioria quase não acompanha o noticiário nacional e os acontecimentos veiculados através de jornais. Com efeito, apenas 15% dos operários leem jornais *todos os dias*. Entre os ferramenteiros, a porcentagem sobe consideravelmente, atingindo 44%. A proporção de operários que afirmou ler “às vezes”, ler “raramente” ou “nunca ler” chega quase à metade (48%) do total de entrevistados. Entre os trabalhadores chegados a pouco de regiões pouco industrializadas (*Trad.*) não se encontrou um só que lesse jornais todos os dias. É certo que as respostas do tipo “lê raramente” e “lê às vezes” (na Tabela 7) carecem de maior precisão, mas são claramente indicativas de uma frequência de leitura muito baixa. Por isso, fomos obrigados a nos ater às próprias declarações dos entrevistados: “leio às vezes” ou “leio raramente”. Englobando-se os que afirmaram “ler às vezes”, “ler raramente” ou “nunca ler” temos, no grupo dos *Trad.*, 65% de entrevistados que praticamente não leem jornais, contrastando fortemente com os trabalhadores nascidos em São Paulo (*Mod.*) onde 43% leem jornais diariamente. Os que afirmaram ler uma vez por semana, geralmente o fazem aos domingos.

Tabela 7: Frequência de leitura de jornais

	<i>Operários</i>	<i>Ferramenteiros</i>	<i>Mod.</i>	<i>Trad.</i>
Lê todos os dias	15%	44%	43%	–
Lê de 6 a 3 vezes por semana	5	17	–	4%
Lê 2 vezes por semana	12	–	11	4
Lê 1 vez por semana	20	4	17	27
Lê às vezes	20	31	17	27
Lê raramente	18	4	6	27
Nunca lê	10	–	6	16
	(100%)	(100%)	(100%)	(100%)
Sem resposta	5%	4%	4%	5%
n =	62	24	22	20

Obs.: Porcentagens extraídas excluindo-se os que não responderam.

É possível que o preço dos jornais seja um dos fatores que contribuem para dificultar sua difusão entre os operários. Para as camadas de remuneração mais baixa, o dispêndio com a aquisição diária de um

jornal implica em desviar certa soma de dinheiro do orçamento doméstico. Porém, não se deve privilegiar excessivamente o fator econômico como elemento explicativo. Na escolha dos gastos “supérfluos” a soma a ser desembolsada com a compra de jornais cede lugar a outros gastos determinados pelo nível cultural do trabalhador, segundo suas preocupações e interesses. A leitura de jornais, enquanto forma de lazer ou busca de informações é preterida em favor de outros tipos de recreação ou de comunicação. Aqui, obviamente, a parcela de operários semialfabetizada encontra dificuldade na própria leitura. Mas, por outro lado, a leitura de jornais não é uma simples forma de recreação. Ela revela, de algum modo, o interesse pelos fatos da vida nacional e é, nesse sentido, índice de participação no modo de vida urbano-industrial.<sup>10</sup> Desse ponto de vista, como outros dados virão confirmar, já nos revela o alheamento dos trabalhadores pelos acontecimentos da política brasileira.

Não se dispõe de dados sobre a frequência na leitura de jornais entre a massa trabalhadora em geral. Algumas informações escassas permitem-nos supor que o observado entre os operários da Empresa Automobilística pode ser generalizado para o conjunto da classe operária, com exceção talvez dos setores altamente qualificados. Assim, Cláudio T. Vouga, em pesquisa efetuada entre operários de uma fábrica metalúrgica de São Paulo, verificou, ao estudar o *conteúdo* das leituras dos trabalhadores, que 16% dos entrevistados não *liam publicação alguma*.<sup>11</sup>

<sup>10</sup> Os jornais preferidos são os seguintes, segundo as respostas do total de entrevistados (operários e ferramenteiros): *Última Hora*, 28%; *Folhas* (várias edições), 27%; *Diários* (várias edições), 25%; *Estado de S. Paulo*, 22%; *Gazeta Esportiva*, 20%; *Gazeta*, 4%; “Qualquer jornal”, 9%; *Brasil Urgente*, 1%; *Novos Rumos*, 1%; “*Diário Popular*”, 1%. Comparando-se os sindicalizados e não sindicalizados, é a seguinte a ordem de preferência: Sindicalizados: *Última Hora*, 42%; *Diários*, 33%; *Folhas*, 29%; *Estado de São Paulo*, 19%; *Gazeta Esportiva*, 10%; *Brasil Urgente*, 5%; *Novos Rumos*, 5%. Entre os não sindicalizados: *Folhas*, 27%; *Estado de São Paulo*, 2.3%; *Última Hora*, 23%; *Gazeta Esportiva*, 23%; *Gazeta*, 3%; “Qualquer jornal”, 10%; *Diário Popular*, 2%.

<sup>11</sup> Referimo-nos à pesquisa, ainda não publicada, efetuada por Cláudio Torres VOUGA, entre os operários de uma empresa metalúrgica de cerca de mil empregados. Trata-se de uma empresa bastante diferenciada da que estudamos: pouco modernizada, com equipamento antiquado e uma linha de produção extremamente diversificada, fabricando desde equipamento para as empresas automobilísticas até pregos e ferraduras, com um tipo de trabalho que se aproxima do artesanal.

Conviria não exagerar a função dos jornais como fonte de informações no caso da camada operária. O rádio e a televisão, basicamente o primeiro, desempenham importante papel e suprem, numa escala que não saberíamos precisar com exatidão, a leitura dos jornais no que tange à obtenção de informações.

Na verdade, neste particular, os trabalhadores da Empresa Automobilística e as camadas operárias, de modo geral, não parecem constituir uma exceção. As pequenas tiragens dos jornais brasileiros, por si só, mostram que a parcela da população que lê jornais é extremamente reduzida. Mesmo na capital paulista, no Estado mais próspero da Federação e onde a porcentagem de analfabetos é consideravelmente inferior à que se encontra em outras áreas, revelam as pesquisas de mercado que mais de um terço de população, em 1963, absolutamente não lia jornais. A fim de permitir um cotejo com os resultados evidenciados na pesquisa com os trabalhadores da Empresa Automobilística, reproduzimos os resultados obtidos num levantamento<sup>12</sup> efetuado entre a *população paulistano*, em que a leitura de jornais aparece discriminada por classe social.

Tabela 8: “O Sr. lê jornais?” Apenas municípios de São Paulo. Estão excluídas as cidades que compõem o “Grande São Paulo”

	Total	Classe A (*)	Classe B (*)	Classe C (*)
Sim	64%	87%	73%	53%
Não	36	13	27	47
	(100%)	(100%)	(100%)	(100%)
n =	2020	200	803	1017

Nota-se que os grupos de renda mais elevada leem mais jornais do que os de renda mais baixa. Na classe C, 47% dos entrevistados declararam simplesmente que não leem jornais. Para melhor ponderação dos algarismos acima, faz-se mister atentar para a maneira como a pergunta foi formulada. Indagou-se simplesmente se o entrevistado *lia* jornais e não com que *assiduidade* o fazia. Se a pergunta fosse formulada nestes termos: “O Sr. leu

<sup>12</sup> V. *Estudos Marplan (Média e Superposição)*. Segundo Semestre de 1963. Marplan – Pesquisas e Estudos de Mercado Ltda.

\* Classes A, B e C correspondem, *grossa modo*, a classes altas, médias e baixas, ordenadas segundo critérios que envolvem renda, posse de utensílios de conforto doméstico, nível de escolaridade, etc. No levantamento estão incluídos indivíduos de ambos os sexos. No total da população masculina de São Paulo, 27% não leem jornais.

jornal ontem?”, muito provavelmente os índices de respostas afirmativas seriam bem mais baixos.

Dados da mesma fonte informam que, no total, a proporção de pessoas que ouvem rádio, em São Paulo, é maior que a das que leem jornais. Entretanto, é preciso levar em consideração, aqui, a presença das ouvintes do sexo feminino, que inflaciona os algarismos dos que ouvem rádio e deflaciona os dos que leem jornais.

Tabela 9: “O Sr. ouviu rádio ontem?” (1963) (30 dias diferentes durante um mês)

	Total	Classe A	Classe B	Classe C	Homens
Sim	45%	40%	45%	46%	41%
Não	55	60	55	54	59
	(100%)	(100%)	(100%)	(100%)	(100%)
n =	2020	200	803	1017	1013

Com relação à televisão, os dados fornecidos pela Marplan indicam que a porcentagem de indivíduos que assistem televisão é no total superior à dos que escutam rádio. No entanto, neste resultado pesam fortemente os indivíduos das camadas superiores, onde – não seria preciso dizer – a proporção dos que possuem aparelhos de televisão é maior. Entre os grupos de renda inferior (Classe C, na denominação da Marplan), os algarismos referentes às pessoas que assistiam televisão igualam praticamente os das que escutaram rádio.

Tabela 10: “O Sr. assistiu televisão ontem?” (1963) (30 dias durante um mês)

	Total	Classe A	Classe B	Classe C	Homens
Sim	56%	71%	67%	45%	45%
Não	44	29	33	55	50
	(100%)	(100%)	(100%)	(100%)	(100%)
n =	2020	200	803	1017	1013

## C – Cinema como forma de recreação

A julgar pelos resultados obtidos entre os trabalhadores da Empresa Automobilística, o costume de ir ao cinema permanece restrito aos setores de classe média para cima. O operário quase não vai a cinema: Apenas 2% dos entrevistados declararam que vão mais de 4 vezes por mês, enquanto 40% afirmaram que *nunca vão*.



Como não dispomos de mais informações nessa área, podemos apenas supor os diversos fatores que contribuem para afastar o grupo operário de uma forma de lazer bastante difundida entre as camadas superiores da população. O primeiro deles seria de ordem econômica, constituindo o preço dos ingressos uma barreira para as camadas de renda mais baixa. Porém, tal como no caso da leitura de jornais, não nos inclinaríamos a privilegiar demasiadamente este fator.

Tabela 11: Frequência a cinema

	Total	Operários	Ferramenteiros
Mais de 4 vezes por mês	2%	3%	—
4 vezes por mês	8	8	8
3 vezes por mês	8	8	8
2 vezes por mês	12	10	17
Uma vez por mês	6	8	—
Muito raramente (*)	24	24	25
Nunca vai	40	39	42
	(100%)	(100%)	(100%)
Sem resposta		4%	5%
n =	86%	62%	24%

Obs.: Porcentagens extraídas excluindo-se os que não responderam.

Os algarismos acima mostram que, entre os ferramenteiros, que percebem salários bem mais elevados do que os operários comuns, o cinema igualmente não se apresenta como uma forma de recreação importante. De fato, a porcentagem dos que *nunca vão*, entre ferramenteiros, é ligeiramente superior à dos operários: 42% e 39%, respectivamente. O desinteresse pelo cinema não parece derivar tampouco da dificuldade de leitura dos letreiros, que poderia constituir um empecilho, tendo-se em consideração que parte dos trabalhadores é apenas parcialmente alfabetizada e que a maioria esmagadora das películas projetadas no Brasil são faladas em idioma estrangeiro. Os ferramenteiros constituem precisamente os setores de mais elevado grau de escolaridade e já vimos que também eles não comparecem com mais assiduidade ao cinema. Na verdade, esta forma de divertimento parece não atrair particularmente os trabalhadores industriais. J. Larrue, em pesquisa sobre a

\* Não souberam precisar a frequência.

participação operária nos lazeres de massa, efetuada em Toulouse,<sup>13</sup> afirma que 38% dos operários nunca vão ao cinema. A participação dos trabalhadores industriais observa a autora, nas firmas de recreação de massa e ainda muito limitada, como indicam igualmente outros dados. Mesmo nos Estados Unidos, onde os meios de comunicação de massas e de lazer mais se difundiram, diferenças acentuadas subsistem entre as diversas camadas sociais. A democratização das oportunidades educacionais e o desaparecimento do analfabetismo não foram suficientes para eliminar as discrepâncias evidenciadas não apenas na natureza da recreação como nas necessidades culturais de cada estrato socioprofissional.<sup>14</sup>

Dificuldades de outra natureza concorrem igualmente para reduzir a frequência ao cinema entre o grupo operário estudado. Geralmente, o operário casado não tem com quem deixar os filhos menores, e assim prefere não ir.

“Quando era só eu e minha mulher, no interior, a gente ia sempre ao cinema. Gosto muito de cinema, mas desde que mudamos para São Paulo nunca mais fui. Não temos com quem deixar as crianças”.

A frequência ao cinema está relacionada à idade. Após os 25 anos, o cinema deixa, praticamente, de constituir um tipo de divertimento importante na vida do operário.<sup>15</sup>

Tabela 12: Frequência a cinema e idade

	18 a 25 anos	26 anos para mais
Vai ao menos uma vez por mês	63%	20%
Vai menos de uma por mês	37	80
	(100%)	(100%)
n =	26	60

Foi possível observar, entre os trabalhadores da Empresa Automobilística, uma mudança drástica das atividades recreativas após o

<sup>13</sup> Janine LARRUE, “Loisirs ouvriers ET participation sociale”, *Sociologie du Travail*, Paris, janeiro-março, 1963.

<sup>14</sup> Cf. Clyde WHITE, “Social Class Differences in the Uses of Leisures”; e Alfred C. CLARK, “Leisure and Occupational Prestige”, in Eric LARRABEE e Rolf MEYERSON, *Mass Leisure*.

<sup>15</sup> Ao que parece, a afirmação é válida também para outros grupos profissionais. Como nota Dumazedier, “depois dos 2,5 anos, a assistência ao cinema decresce regularmente, qualquer que seja a profissão”. Joffre DUMAZEDIER, “Trabajo y Recreación”, in: Georges FRIEDMANN e Pierre NAVILLE, *Tratado de Sociologia del Trabajo*, México, Fondo de Cultura Económica, 1963, 2º vol., p. 353.

casamento, mudança que é provavelmente muito mais acentuada do que entre as camadas médias e superiores. Com o matrimônio, e ainda mais, com o nascimento dos filhos, numerosas formas de lazer a que o operário solteiro se entregava são inteiramente abandonadas. Em parte, há a preferência pelas atividades que abrangem o conjunto do grupo familiar e, em parte, há a *simples redução do tempo destinado exclusivamente ao lazer*<sup>16</sup>, em decorrência das obrigações familiares e das despesas acrescidas.

No grupo investigado, encontramos 77% de indivíduos casados, sendo de 30 anos a média de idade. Do total de 20 indivíduos solteiros, apenas um estava compreendido entre o grupo de idade de 30 a 35 anos. Por outro lado, entre os trabalhadores de 22 a 25 anos, 57% já estavam casados.

Tabela 13: Idade e estado civil

Idade	Casados	Solteiros
18 a 21 anos	–	20%
22 a 25 anos	17%	50
26 a 30 anos	19	25
31 a 35 anos	39	5
36 a 40 anos	17	–
41 a 45 anos	8	–
	(100%)	(100%)
Sem resposta	2%	–
n =	64	20

Obs.: Porcentagens extraídas excluindo-se os que não responderam.

Em tais condições, o fim de semana<sup>17</sup> dos casados gira em torno da família.<sup>18</sup> Habitualmente, passam todo o dia em casa, visitam parentes,

<sup>16</sup> Estamos utilizando o conceito na acepção de Dumazedier: “Lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de bom grado, seja para repousar, seja para divertir, seja para desenvolver sua informação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora *depois de ter desempenhado suas obrigações profissionais, familiares e sociais*”. I. DUMAZEDIER, *Vers une Civilisation du Loisir?*, Paris, Seuil, 1962, p. 29 (sublinhado por nós).

<sup>17</sup> O período normal de trabalho (quando a companhia não solicita horas extras ou quando não há diminuição da jornada de trabalho em decorrência de acúmulo de estoques) é de cerca de 9:30 h diárias, tendo os operários o sábado e o domingo livres. Para o almoço, utilizam-se do restaurante da empresa, dispondo para tanto de intervalo de uma hora.

<sup>18</sup> Os resultados da pesquisa entre os trabalhadores de Toulouse oferecem-nos indicações no mesmo sentido: o lazer operário se identifica fortemente com as horas passadas com a família: “58% dos chefes das famílias operários tem lazeres principalmente familiares, quer se trate de “ver um pouco as crianças”, brincando com elas, olhando seus trabalhos

passeiam com os filhos ou vão à missa.<sup>19</sup> Pequena é a porcentagem dos que se aproveitam do domingo para praticar esporte, assistir a uma partida de futebol ou realizar qualquer outro tipo de atividade recreativa extrafamiliar. Seríamos tentados a dizer que ocorre uma redução das áreas de relações pessoais, aumentando os contactos primários em relação aos secundários.

Tabela 14: “O que o Sr. habitualmente faz aos domingos?” \*

	Casados	Solteiros
Passam todo o dia em casa	48%	7%
Saem com os filhos, visitam parentes	25	–
Praticam esportes, vão ao cinema, ao futebol, passeiam	20	97
Trabalham fora (bico)	7	–
n =	64	20

Obs.: Respostas múltiplas; soma de porcentagens superior a 100%.

A vida da maioria desses trabalhadores, geográfica e socialmente, está confinada aos bairros; participam em escala muito reduzida de atividades recreativas ou culturais de massa que se oferecem a outros grupos sociais. Nesse sentido, é interessante observar que os operários praticamente não frequentam o clube esportivo-recreativo da empresa. A grande maioria das famílias e indivíduos que acorrem ao clube, aberto a todos os empregados, é composta por “mensalistas”, ou seja, por trabalhadores de escritório ou por supervisores do setor de produção.

Os dados da pesquisa de Cláudio T. Voga, anteriormente referida, também neste aspecto se aproximam dos obtidos na Empresa Automobilística. Apenas 15% dos operários entrevistados (n=191) afirmaram utilizar o período de folga *exclusivamente para atividades recreativas*. Quase a metade (49%) dos trabalhadores aproveitava o fim de semana para trabalhos caseiros. Nota-se, no caso deste grupo operário, que uma parcela de trabalhadores, mais elevada do que entre os da Empresa Automobilística, além do trabalho

escolares, quer se trate de ajudar as esposas nas tarefas domésticas, de fazer pequenos trabalhos manuais ou de efetuar atividades recreativas que sejam compartilhadas com todos”. Janine LARRUE, *op. cit.*, p. 63.

<sup>19</sup> Entre os operários, 47% declararam-se católicos praticantes; 46% católicos não praticantes e 7% de outras religiões. Entre os ferramenteiros, a porcentagem de católicos praticantes decresce bastante (30%); neste grupo, os que afirmaram ser católicos não praticantes perfazem 66% e, os de outra religião, 4%. E entre os operários sindicalizados que se encontra a maior proporção de católicos não praticantes: 73%. Inversamente, é entre os não sindicalizados que a porcentagem de católicos praticantes é mais elevada: 48%.

\* Comparecimento à igreja não foi incluído no quadro.

normal na fábrica, realizava outro tipo de atividade remunerada aos sábados e domingos (21%). Ressalte-se, por outro lado, que um número nada desprezível desses operários (42%) *não tinha durante o fim de semana nenhuma atividade de diversão ou de lazer, no sentido em que estamos utilizando a palavra*. Em outros termos: não ouviam rádio, não assistiam a programas de televisão, não iam ao cinema ou futebol, não praticavam esportes, enfim, não realizavam nenhuma atividade recreativa, atividade que não fosse uma *obrigação* ou um *dever*, mas atividade voluntária e “gratuita”, exercida unicamente com vistas à satisfação de necessidades físicas ou psicológicas. Para esses trabalhadores, o lazer não existe: seus momentos de “folga” estão sempre preenchidos por obrigações familiares, por tarefas domésticas, por estudo, por trabalho extra (“bico”), etc.

#### D – Salário e condições de vida

De um modo geral, os trabalhadores da Empresa Automobilística recebem salários bem superiores aos níveis médios vigentes na indústria paulista. Esta afirmação é, aliás, válida para o conjunto dos trabalhadores do ramo automobilístico. Instalando-se num prazo de tempo relativamente curto, as empresas deste setor perturbaram o mercado de trabalho. Necessitando elas próprias de mão de obra qualificada e semiquificada em grande proporção, e provocando, por outro lado, extraordinária expansão das fábricas de autopeças, o desenvolvimento da indústria automobilística multiplicou rapidamente a oferta de empregos no setor metalúrgico,<sup>20</sup> ao mesmo tempo em que estimulava a elevação geral dos salários.

Nestas condições, entre os *operários*, a média salarial era, no segundo semestre de 1963, de Cr\$ 60,33; a dos *líderes* Cr\$ 84,18 e a dos *ferramenteiros*, Cr\$ 104,06. Note-se que a média salarial dos ferramenteiros é quase o dobro da dos operários. A comparação com os salários percebidos em outros setores da indústria paulista não pode ser feita com exatidão.

---

<sup>20</sup> Em número de empregados, a expansão da Empresa Automobilística foi a seguinte: em 1957, 569; em 1958: 2.053; em 1959: 4.459; em 1960: 6.961; em 1961: 6.874; em 1962: 9.127. Os números de empregados referem-se a junho de cada ano. Dados fornecidos pelo SENAI mostram que o setor metalúrgico, mecânico e de material elétrico foram os que revelaram, no Estado de São Paulo, maior índice de crescimento, em termos da mão de obra empregada. Assim, tendo como base o ano de 1948, o referido setor atingia 310,1 em 1960. Cf. *Relatório do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial*, São Paulo, 1960.

Faltam informações que permitam cotejar os diversos grupos profissionais empregados em diferentes ramos da indústria. Porém, tendo em conta essa lacuna, uma avaliação grosseira das diferenças salariais pode ser efetuada entre os salários vigorantes entre os operários da indústria metalúrgica da Capital e os do grupo estudado.<sup>21</sup> Segundo informações do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIESE), a média anual dos salários pagos aos operários metalúrgicos de São Paulo (só capital), em 1963, foi de Cr\$ 28,74. A média dos salários dos operários na Empresa Automobilística seria deste modo, maior que o dobro da encontrada no setor. Contudo, para que não se exagere a diferença, é preciso ter em conta que os dados do DIESE (que tem como fonte as guias do imposto sindical) abrangem trabalhadores braçais, mulheres e menores, o que tende a rebaixar a média, enquanto, na nossa amostra, temos operários adultos e semiquificados, estando os braçais excluídos. As cifras do quadro seguintes permitirão avaliar com maior precisão as diferenças salariais entre os diversos setores industriais.

No setor de material de transporte é que se observa a maior elevação dos salários reais (121 para 1959 = 100). Em diversos ramos, houve diminuição dos salários reais, como por exemplo, no setor gráfico, papel e papelão e, principalmente, no setor das indústrias farmacêuticas e de borracha. No período, o salário real das camadas operárias empregadas no conjunto das indústrias passou de 100, em 1959, para 103 em 1962. Ainda que no ramo metalúrgico a elevação salarial (104 em 1962) tenha ultrapassado a elevação média do parque industrial paulista, esta elevação foi bastante inferior à verificada no setor de transporte que, em 1962, atingiu 121. Mostraremos mais adiante que os trabalhadores da empresa estudada têm muita consciência do fato de terem sido os mais beneficiados, o que afetará suas atitudes e comportamento ante a empresa.

---

<sup>21</sup> De acordo com os cálculos do Sindicato Nacional de Tratores, Caminhões, Automóveis e Veículos Similares, a média mensal dos salários dos operários da indústria automobilística no seu conjunto, em julho de 1964, era de Cr\$ 114,00, ou seja, quase três vezes o salário mínimo então vigente (Cr\$ 42,00). *Indústria Automobilística Brasileira*, novembro de 1964, São Paulo.

Tabela 15: Estado de São Paulo - Evolução do salário médio na indústria de transformação (Média mensal dos salários) (\*)

	Salário Nominal (em Cr\$)		Salário Real (em Cr\$)	Índice	Salário Real
	1959	1962	1962	1959	1962
Total	77,33	226,35	79,70	100	103
Minerais não metálicos	66,33	186,92	65,81	100	99
Metalúrgica	85,58	251,57	88,58	100	104
Mecânica	91,53	251,87	88,68	100	97
Mat. elet. e de comunicação	87,56	223,70	78,77	100	90
Material de transporte	93,42	320,60	112,89	100	121
Madeira	69,72	197,69	69,61	100	100
Mobiliário	76,78	212,64	74,87	100	98
Papel e papelão	79,93	243,49	85,73	100	107
Borracha	98,91	211,68	74,53	100	75
Couros, peles e prod. similares	66,19	209,07	73,61	100	111
Químicos	91,59	255,76	90,05	100	98
Prod. farm. e medicinais	82,52	165,21	58,17	100	70
Prod. de perf. sabões e velas	66,85	210,73	74,20	100	111
Produtos de matéria plástica	84,54	224,19	78,94	100	93
Têxtil	69,16	196,98	69,36	100	100
Vestuário, calç. e artf. de tec.	66,18	185,46	65,30	100	99
Prod. alimentares	66,57	198,80	70,00	100	105
Bebidas	77,38	210,82	74,23	100	96
Fumo	83,86	201,42	70,92	100	85
Editorial e gráfica	85,52	263,50	92,78	100	108
Diversos	75,65	194,68	68,54	100	92

Fonte: 1959 - Serviço Nacional de Recenseamento; 1962 - IBGE, Registro Industrial.

Vê-se que nem um operário ganhava mais de Cr\$ 100,00 e que nem um ferramenteiro ganhava menos de Cr\$ 80,00.<sup>22</sup> O salário percebido na empresa, para a grande maioria dos entrevistados, constitui a única fonte de renda, uma vez que apenas 12% realizavam, fora do horário de trabalho, outra tarefa remunerada.

\* Inclui operários qualificados, semiquilificados e braçais.

<sup>22</sup> A inflação torna difícil a apreciação dos algarismos acima. Na ocasião da pesquisa, o salário mínimo era de Cr\$ 21,00,

Tabela 16: Salário dos trabalhadores

Salários (em Cr\$)	Operários	Líderes	Ferramenteiros
30 a menos de 40	15%	-	-
40 a menos de 50	5	-	-
50 a menos de 60	24	-	-
60 a menos de 70	30	-	-
70 a menos de 80	19	50%	-
80 a menos de 90	5	33	6%
90 a menos de 100	2	17	28
100 a menos de 110	-	-	28
110 a menos de 120	-	-	17
120 a menos de 130	-	-	11
	(100%)	(100%)	(100%)
	62	6	18

Para a maioria das famílias, a única fonte de renda é constituída pelo salário do “chefe da casa”. Entre os casados, somente em 19% dos casos outra pessoa do grupo familiar exercia alguma atividade remunerada. Tal resultado se deve, em parte, ao fato de o grupo estudado apresentar uma média de idade relativamente baixa. Os filhos ainda não estão em idade de contribuir para o sustento do lar, enquanto a porcentagem de esposas que trabalham é baixa: 13%. Neste particular, não se nota diferença significativa entre os ferramenteiros, de um lado, e operários, de outro. No primeiro caso, a porcentagem é de 16% e, no segundo, de 12%. Infelizmente, não pudemos explorar melhor essa área, de modo que não temos elementos para medir com mais exatidão as razões desse resultado. É indiscutível que os cuidados com os filhos e os afazeres domésticos constituem poderoso obstáculo para que a esposa, na família operária, trabalhe fora do lar. Além disso, as empresas, amiúde, recusam-se a empregar mulheres casadas. Mas, por outro lado, em entrevistas informais que realizamos, foi possível observar certa resistência, por parte do “chefe da casa”, ao trabalho feminino fora do lar. Este é aceito, em última instância, ante a necessidade imperiosa de aumentar a renda doméstica. Estaríamos, pois, ante a persistência de um padrão tradicional, expresso na limitação da atividade feminina ao trabalho doméstico? Ou se trataria de uma tentativa de aparentar *status* de camadas mais abonadas, de “gente rica”, em que a mulher não precisa trabalhar fora? Em algumas famílias em que a mulher trabalhava, alguns entrevistados manifestaram sua oposição. Nestas

situações, com frequência, era a própria esposa que insistia em manter um emprego remunerado, contrariando a vontade do marido.

“Minha esposa trabalha na Empresa Automobilística. Prefiro que ela não trabalhe, mas ela quer. Gostaria de ter minha mulher me esperando dentro de casa”.

“Minha mulher não trabalha fora. Nunca gostei disso, mesmo com minha filha, que trabalha na Empresa Automobilística. Só aceitei que ela trabalhasse lá porque as mulheres trabalham separadas dos homens”.

“Antes de casar minha mulher trabalhava. Agora não. Não quero que ela trabalhe, por orgulho”.

Tendo em consideração os dados mencionados sobre os níveis salariais dos entrevistados, que possibilidades aquisitivas se lhes oferece o emprego na Empresa Automobilística? A posse da “casa própria” constitui permanente preocupação para os trabalhadores radicados há mais tempo no “Grande São Paulo”. Enormes sacrifícios são realizados para obtê-la. Entre os ferramenteiros, 68% declararam ser proprietários de suas moradias; entre os operários, a porcentagem foi de 46%. Frequentemente, a casa é construída pelo próprio operário nos seus momentos de folga, às vezes, com o auxílio de parentes e amigos numa espécie de “mutirão” urbano. A construção efetua-se lentamente, por etapas. Depois da compra do terreno a prestação, a construção de uma primeira peça, ampliada pouco a pouco, de acordo com os recursos financeiros e o tempo disponível para construí-la.<sup>23</sup>

<sup>23</sup> A construção da moradia pelo próprio trabalhador parece generalizada nas camadas inferiores de São Paulo. Referindo-se aos migrantes nordestinos em São Paulo, escreve Eunice Ribeiro Durham: “A casa própria é um ideal extremamente generalizado e tem, certamente, um valor instrumental. A compra de um terreno e a construção de uma casa, em geral por partes e vagarosamente, constitui uma das poucas formas de capitalização ao alcance do trabalhador. A casa é sempre um investimento que pode dar lucro, pela venda ou locação. É, por isso, uma forma de obter certa segurança econômica. Isto é tanto mais verdade porquanto o preço do aluguel ocupa geralmente uma porcentagem importante do orçamento doméstico. Para uma população sujeita a períodos de desemprego, a casa própria garante a satisfação permanente da necessidade fundamental de abrigo e alojamento e, em caso de necessidade, a alimentação pode ser provida através de biscates ou de qualquer ocupação marginal e temporária. A construção de uma casa é também um modo de acumular gradualmente um pequeno capital, e a compra de um terreno a prestação e a construção parcelada, que progride conforme a disponibilidade do numerário constitui um dos últimos meios de investir algum dinheiro evitando a desvalorização decorrente da inflação”. Eunice R. DURHANI, *op. cit.*, p. 177.

A participação do grupo operário na economia de consumo de massas pode ser apreciada, ainda que de modo rudimentar, pela posse de objetos e utensílios manufaturados, principalmente aparelhos eletrodomésticos. Na tabela seguinte, apresentamos a relação dos bens desta natureza encontrados no grupo estudado.<sup>24</sup>

Tabela 17: “Quais desses objetos existem na casa em que o Sr. mora?”

	Operários	Ferramenteiros
Rádio	93%	92%
Liquidificador	45	67
Geladeira	44	69
Televisão	37	83
Enceradeira	33	83
Eletrola	21	50
Automóvel e caminhão	7	15
Máquina de lavar roupa	5	8
Aspirador de pó	–	–
n =	62	24

Pode-se notar, no que toca à posse de bens manufaturados e de objetos de conforto doméstico, que a distância que separa os operários semiqualeificados dos ferramenteiros é bastante grande. Assim, apenas 33% dos operários possuem enceradeira em comparação com 83% entre os ferramenteiros; quanto a aparelhos de televisão, as proporções são as seguintes: 37% entre os primeiros e 83% entre os segundos. Ao que tudo indica, os ferramenteiros da Empresa Automobilística tem um poder de consumo aproximadamente igual às camadas médias da população.<sup>25</sup> Apenas no que tange à posse de rádio os operários superam os ferramenteiros.

<sup>24</sup> A pergunta, para este caso, foi formulada da seguinte maneira: “Quais desses objetos existem na casa em que o Sr. mora?”, de maneira a abranger também os trabalhadores solteiros, principalmente os que viviam em casa dos pais.

<sup>25</sup> Com relação à posse de aparelhos eletrodomésticos e bens de consumo durável há um levantamento efetuado pela Marplan – Pesquisas de Mercado, em 1964, junto a uma amostra de 200 famílias da Capital de São Paulo. Não saberíamos dizer até que ponto a amostra é representativa do conjunto da população paulistana, inclusive daquelas parcelas que habitam os bairros periféricos mais pobres. No confronto com os resultados desse levantamento, os ferramenteiros da Empresa Automobilística encontram-se em situação de igualdade mas os operários semiqualeificados estão em nítida desvantagem. Pelos dados da Marplan, que não abrangem os habitantes do “Grande São Paulo”, 87% das famílias paulistanas possuíam rádio; 81% liquidificador; 73% enceradeira; 40% eletrola; 28% automóvel e/ou caminhão; 34% máquina de lavar roupa; 23% aspirador de pó.

Porem, provavelmente, entre esses últimos, a TV substitui o rádio. Na ausência de informações fidedignas que nos permitam cotejar o poder aquisitivo dos trabalhadores da Empresa Automobilística com outros setores da população de São Paulo, a apresentação dos dados da tabela anterior tem sua importância diminuída.

Obviamente, as diferenças existentes no interior do proletariado não se resumem à posse de bens de consumo doméstico. Elas se manifestam em outros aspectos da vida do trabalhador, nas suas atitudes ante a sociedade global, nas perspectivas que se lhe abrem, no projeto que anima e caracteriza seus desejos de participação e de usufruto das vantagens que o “Brasil moderno” pode lhe proporcionar.

### MELHORIA DE VIDA E ASCENSÃO SOCIAL

A fim de ilustrar melhor a separação entre níveis existentes no interior das camadas operárias, reproduzimos trechos de duas entrevistas bastante representativas, realizadas com dois operários da Empresa Automobilística. Apesar de um pouco longas, elas permitirão captar melhor as diferenças observadas. Trata-se de duas entrevistas informais. A exposição é feita segundo as declarações do entrevistado, tendo sido suprimidas apenas as nossas próprias perguntas. A primeira é de um operário nordestino (24 anos), chegado a São Paulo em 1956. Quando adolescente, trabalhou na roça. No momento da entrevista exercia na Empresa Automobilística a função de lubrificador e abastecedor de ônibus e empilhadeira. Seu salário era de aproximadamente Cr\$ 36,00 por mês (sem desconto). Instrução até o primeiro ano primário.

Tenho quatro filhos. A casa onde moro é minha mesma. Pago Cr\$ 10,00 de prestação por mês (aproximadamente 28% do salário). Para comprar esta casa, comprei primeiro o terreno; fiz um barraco, vendi e comprei uma casinha. Depois vendi aquela e comprei esta.

O que me desagrada na Companhia e o horário de trabalho, porque trabalho nos domingos. Fora disso nada me desagrada. Gosto de trabalho que não tem enchimento de saco. Pelo meu Oto não deixo máquina vazia. O que me desagrada é que ganho pouco. Pelo tempo de casa deveria ter um salário mais alto. Não me importo de fazer qualquer serviço. Na minha secção, eu sou uma das pessoas de salário mais baixo. Eu trabalho tanto e o chefe não reconhece o trabalho que faço...

Não sei o que mais me agrada na empresa. Acho que é a comida. Pelo preço, ela é cem por cento. O que mais estranhei quando comecei a trabalhar lá foram os colegas. A gente não conhece direito. Mas gosto da empresa, pretendo ficar sempre lá se escapar dos “cortes” desta semana.<sup>26</sup> A culpa dos cortes é do governo que está aplicando o golpe deles. O governo quer baixar o custo de vida. Mas não entendo direito, não sei nada de política. Só sei que isso estragou tecla a indústria automobilística. O Sr. já pensou quanta gente parada? Para mim não é vantagem receber indenização. O que é que eu vou fazer com a indenização? Onde vou arrumar emprego? Hoje em dia não dá para trabalhar por conta própria. O melhor é trabalhar como empregado porque temos um dinheirinho seguro.

Sou sindicalizado. A companhia não gosta, mas a gente que tem família precisa; nós temos tudo no sindicato: dentista, médico, remédio pela metade. A Companhia sabe que sou sindicalizado. São eles que descontam. Pago Cr\$ 0,10 cruzeiros. Escutei dizer que a Companhia não gosta que a gente seja sindicalizado. Só vou ao sindicato quando preciso de passe para ir ao médico. Fora disso não vou.

Nos momentos de folga, faço serviços em casa; a gente tem que se virar, fazer um biscoitinho, pegar uma casa para pintar, rebocar. Na parte da manhã dá para fazer isso (o entrevistado não trabalhava no período da manhã). Chego em casa, depois do trabalho à uma da manhã. As sete levanto para pegar um servicinho, isso quando há. Quando não tenho o que fazer, fico em casa. Em cinema, nunca vou. A última vez, foi há seis anos atrás. Futebol para mim não existe. Nem para escutar pelo rádio dá tempo.

O que eu fiz em sete anos não é qualquer um que faz. Para isso estou fazendo este sacrifício. Para pagar a prestação da casa. Uma televisão só para mais tarde. Agora não dá mesmo, mas eu gostaria porque não levo as crianças ao cinema. Gostaria de fazer um curso. Mas o caso é que minha leitura não dá, e a gente não vai pedir porque eles não vão atender. A parte da eletricidade me interessaria muito. Se houvesse uma escola por aqui, eu iria. Há escola em Santo André, mas o horário não dá. Teria que pedir ao chefe para mudar de horário, mas ele não gostaria. Se houvesse escola na parte da manhã eu deixaria o biscoite e iria estudar.

---

<sup>26</sup> No momento da entrevista em consequência de uma crise no setor, a Empresa Automobilística estava demitindo maciçamente. Os “cortes” constituíam a principal preocupação dos operários, mais acentuadamente entre os trabalhadores não qualificados e admitidos recentemente.

Sou católico, mas faz mais de dois anos que não vou à Igreja, desde que fui batizar meu filho. Não há tempo.

Nas eleições votei em branco porque não achei um candidato que me servisse. O único que agradou foi o Getúlio; naquele tempo a gente ganhava menos, mas tinha mais conforto. Foi ele que deu mais atenção aos trabalhadores. No Jango não sei se votava. Não digo nem que sim nem que não. Se tivesse que escolher entre o Jango e o Lacerda, aí votava no Jango. Entre ele e o Juscelino, votava no Jango. Acho que o J.K. escolheu o Brasil com essa tal de Brasília.

Quero ficar sempre em São Paulo. Se eu pudesse, trazia meus pais que ficaram lá (no Nordeste). Desde que vim para São Paulo nunca mais voltei. O dinheiro não dá. Mas lá o salário é muito *richo*. Acho que aqui a gente acostuma com o dinheiro mais alto.

O que eu gostaria de falar ao Sr. foi que eu fui trabalhar numa padaria; eu abria a padaria às 4 horas da manhã e fechava à meia-noite. Dormia 4 a 5 horas por dia. Fiquei neste serviço um ano. Quando foi para mim casar eu tive que trabalhar até o meio-dia e ia casar às 4 horas. No outro dia fui obrigado a ir trabalhar. Depois que casei vi que não dava para ficar lá; os colegas diziam que tinha uma fábrica automobilística que pagava melhor. Na padaria eu ganhava 5 mil por mês. Na Empresa Automobilística ganhava entre 5.500 a 6.000. Gostaria que meu filho fosse advogado. Quero ver se posso pagar seus estudos. Tenho fé em Deus que isso seja possível. As meninas espero que estudem para ser pelo menos professoras.

A segunda entrevista é a de um operário horista que ocupa o cargo de inspetor final da produção. Casado, com um filho, tem curso ginásial completo. Seu salário é de aproximadamente Cr\$ 70,00 mensais. O entrevistado trabalha, desde 1949, como mecânico, especializado em motores. Antes do atual emprego já havia trabalhado numa fábrica de automóveis. Foi também *chauffeur* de praça. Conhecia desenhos e, para ser admitido na Empresa Automobilística, foi submetido a provas de utilização de instrumentos de precisão (paquímetro, calibre, etc.).

Sou católico, mas não frequento igreja. Ensino um pouco de religião ao meu filho. Não poria ele em escola religiosa: acho que ele deveria cursar uma escola do governo. Gostaria que ele fosse engenheiro, mas eu não forçaria a escolha da profissão. Mas obrigaria que ele fizesse o colégio. Farei sacrifícios para isso.

Não tive nenhum problema de adaptação à Empresa Automobilística, porque eu já tinha trabalhado cinco anos em outra. Quando houve um

“corte” eu estava trabalhando há menos de quatro meses e, apesar disso, fui conservado.

O que mais me desagradaria na Empresa Automobilística seria ser dispensado. Desde que se trabalhe na indústria de automóveis há sempre o perigo de corte. Os cortes tem origem política. A direção da empresa não tem culpa. Não podemos reclamar. Contra quem reclamar? O governo é o culpado porque não soube resolver o problema, não sei se por desinteresse ou incapacidade.

Pretendo sempre continuar trabalhando em mecânica. Recebi uma oferta da Companhia para fazer um curso técnico de motores. A Companhia custearia 50% do curso. Se apresentar certificado de aproveitamento, a Companhia reembolsaria tudo. Pretendo ficar sempre na Empresa Automobilística, salvo melhor oferta, porque não tenho preocupação com condução, almoço lá mesmo (no restaurante do pessoal de escritório) e, além disso, o salário é mais elevado do que em outras firmas, e o ambiente é muito bom.

Para subir na empresa, o mais importante é a conduta do trabalhador, que só vai sendo conhecida com o tempo. É preciso não chegar atrasado. E não há razão para isso porque eles dão condução. Em segundo lugar, é preciso não faltar, não fingir de doente. Neste caso eles dizem: este é malandro. Pode ter capacidade, mas não vai subir. Em terceiro lugar, no caso de aumento de trabalho, é preciso aceitar. Há os que negam no momento em que a firma mais precisa e não querem trabalhar horas extras.

O governo (período João Goulart) não inspira confiança. É uma política de instabilidade. Não consegue impor respeito. O Lacerda eu já vi na televisão. Acho bastante inteligente, de muita coragem, mas toma medidas violentas. Entre o Jango e o Lacerda, eu votaria em branco. Nenhum deles está capacitado. Acho que o Carvalho Pinto é melhor e já demonstrou isso: firmeza, trabalho, honra, capacidade de receber críticas sem alterar o ritmo do trabalho. Votei no José Bonifácio, por causa do Carvalho Pinto. Foi ele quem construiu um Grupo Escolar no bairro onde meu filho estuda.

Leio jornais todos os dias, o *Diário* e a *Folha*. Aos domingos leio o *Estadão*. Vou mais ou menos uma vez por mês ao cinema. Domingo passado também fui ver a exposição de astronáutica no Ibirapuera. À noite, em geral, fico vendo televisão.

Nunca frequentei o sindicato. Aliás, fui duas vezes para nunca mais voltar, porque os dirigentes são semianalfabetos; não sabem o que são leis trabalhistas. Os dirigentes sindicais deveriam ter no mínimo ginásio, ter curso de relações humanas, estudos. O sindicato deveria

estar a par da situação, evitando greves estúpidas, procurando meios de educar os operários, ensinar o que eles devem falar. Acho a greve um recurso estúpido. Seria um recurso bom se fosse bem dirigida, se os operários fossem bem instruídos, não fazendo algazarra. Cada um de nós deveria cruzar os braços dentro da fábrica, sem fazer bagunça.

A primeira entrevista explicita a situação de um operário parcialmente participante no modo de vida urbano-industrial. Dizemos parcialmente participante porque sua participação se efetua, se assim se pode dizer, apenas ao nível da inserção no sistema de produção industrial na proporção em que o trabalhador torna-se operário, na medida em que integra, como força de trabalho, o processo capitalista. Mas a participação não se efetiva em todos os níveis. Sua participação é como mão de obra, como produtor. É uma *participação passiva*, que não ultrapassa a esfera da produção. Está integrado enquanto operário ao sistema fabril, mas não à sociedade global enquanto cidadão. Não participa de outras esferas de atividade societária. Não tem atividade recreativa. Sua vida gira em torno do bairro, de relações de vizinhança. Não lê jornais, não ouve rádio, não assiste televisão. Não acompanha os fatos políticos. Não tem críticas com relação ao sindicato, mas este lhe parece importante apenas enquanto organização assistencial. E, para valer-se dos serviços do sindicato, chega a adotar uma atitude que, embora não saiba exatamente, suspeita não ser do agrado da empresa. A distância que o separa, enquanto consumidor, das camadas sociais médias é muito acentuada.

No segundo caso temos um trabalhador que não está apenas ligado ao modo de produção industrial. O grau de formação profissional, o nível mais elevado de escolaridade, permitem-lhe um padrão de consumo que o aproxima das classes médias. Recusa o sindicato porque “os dirigentes são semianalfabetos”. Na realidade, não valoriza a organização sindical nem como um instrumento reivindicativo nem como associação assistencial. Nas eleições para o executivo estadual votou em José Bonifácio porque este “era o candidato de Carvalho Pinto”, governo de “trabalho, firmeza e honra” que “construiu uma escola no bairro onde meu filho estuda”. Os critérios que seleciona para a escolha do candidato de sua preferência são outros. No primeiro caso, o operário simplesmente votou em branco, porque não encontrou o “candidato que lhe servisse”. Gostava do Getúlio porque “protegia o trabalhador”. No segundo caso, o critério de preferência eleitoral é menos “populista”, apelando para elementos moralizantes mais comuns

entre as classes médias (“governo de trabalho, firmeza e honra”). A referência à escola no bairro incide num benefício que o atinge enquanto cidadão e não somente enquanto operário ou membro de uma determinada camada social.

Mas, nos dois casos, encontram-se elementos de similitude. Ambos os trabalhadores responsabilizam o governo pela crise na indústria automobilística. Ambos expressam fortes aspirações de que os filhos estudem e prometem esforçar-se para tanto. Ambos estão empenhados na obtenção da casa própria. O primeiro, no momento da entrevista, pagava pesadas prestações mensais e o segundo construiu ele próprio sua residência. Ambos valorizam o emprego na Empresa Automobilística e buscavam seguir algum curso profissional, se bem que o primeiro, ao que tudo indica, poucas possibilidades encontre de lograr essa aspiração. Contudo, no projeto de vida que se dão, há algumas diferenças que advêm das qualificações de cada um deles, ou seja, das aptidões que possuem para obter melhores condições de vida na sociedade urbana, as quais por sua vez determinarão orientações diferentes no comportamento e no grau de aspirações. Note-se que, na primeira entrevista, o operário está orientado primordialmente por aspirações de melhoria de sua condição como operário, enquanto, no segundo caso, o entrevistado esforça-se, principalmente, por ascender socialmente. Aqui não se trata simplesmente de obter maiores salários, elevar o padrão de consumo ou melhorar as condições de trabalho. Concretamente, com o auxílio da própria companhia, visa, mediante o aperfeiçoamento técnico, galgar novas posições na hierarquia da empresa, deixar de ser “horista”, assumir novas funções e tarefas que se distanciem daquelas associadas à condição operária. É significativo, nesse sentido, que o entrevistado não almoce no restaurante dos operários, preferindo o dos empregados de escritório. O projeto de ascensão social que o entrevistado se dá, significa tentativa de movimento ascensional na escala de estratificação social, mudança de status. Implica não apenas vagas aspirações de superar o status profissional operário, mas existência de possibilidades individuais mais acentuadas que alicercem e estimulem formas de comportamento consideradas adequadas para a efetivação das aspirações. Ora, essas oportunidades só se apresentam para os trabalhadores mais preparados educacional e profissionalmente.

Neste caso, o trabalhador movido por acentuadas aspirações de ascensão social, dificilmente poderia orientar-se em direção de maior integração à camada operária. O sindicato é repellido, ainda que o próprio entrevistado possa vir um dia a utilizar-se de seus serviços, na hipótese de



um conflito individual com a empresa (conselhos e fornecimento de assistência jurídica ante a justiça do Trabalho).

Na primeira entrevista, o operário busca mais precisamente uma melhoria de vida que não está dirigida para a ascensão na hierarquia social. A ascensão social ele já a realizou quando passou de lavrador a operário. Há um esforço de melhorar o padrão de vida enquanto operário (o entrevistado realiza trabalho extra e gostaria de realizar algum curso técnico). Porém, a ausência de qualificação profissional e o baixo nível de escolaridade não lhe possibilitam muitas *chances* de progresso (observe-se que o trabalhador tem nítida consciência disso, ainda que localize os obstáculos em seu próprio despreparo e não na estrutura social). Obviamente preferiria deixar de ser operário, ter outra profissão. Porém, trata-se de uma preferência abstrata, que não canaliza nenhum esforço em tal direção. A esperança de melhoria de vida circunscreve-se ao esforço de obter melhor remuneração pelo trabalho e melhores condições de vida no âmbito da condição operária.

As duas entrevistas personalizam dois tipos de mobilidade e os níveis diferenciados de aspirações acarretados pela natureza do processo de industrialização contemporânea numa economia subdesenvolvida. Nas condições de crescimento econômico brasileiro – onde subsistem concomitantemente, de um lado, amplas camadas da população marginalizada e, de outro, carência de mão de obra qualificada e de técnicos especializados – possibilidades relativamente amplas de ascensão social se ofereceram de modo oposto no meio urbano: *ascensão mediante a integração à classe operária*, quando se tratava de migrantes originários das áreas agrícolas e não industrializadas; *ascensão mediante o abandono da condição operária e passagem aos estratos médios*, quando se tratava de operários qualificados. De um modo geral, ambas as situações contribuem para dificultar a coesão grupal, a emergência de consciência profissional e de ações coletivas.

Os dados obtidos entre o grupo estudado, tanto os referentes às suas ocupações anteriores quanto os que dizem respeito às profissões de seus pais, coincidem com as conclusões da pesquisa de B. Hutchinson sobre a mobilidade social em São Paulo. O aumento numérico da camada operária efetuou-se basicamente mediante o recrutamento de trabalhadores de origem agrícola, de trabalhadores oriundos de famílias operárias ou de imigrantes estrangeiros. De modo geral, os indivíduos pertencentes aos grupos de classe média conservaram ou melhoraram suas posições no

impulso desenvolvimentista dos últimos anos. A maioria da população subiu de *status*, ou, mais precisamente, *a proporção dos que ascenderam socialmente superou a dos que desceram*. Isso foi possível em decorrência das *novas* posições que se ofereceram no transcurso do impulso industrial do pós-guerra. Comparando a mobilidade social em São Paulo com a da Inglaterra, escreveu Hutchinson: “Na Grã-Bretanha existe uma tendência de o movimento ser equilibrado. Em outras palavras, o padrão tende para uma troca de posições de *status* dentro de uma estrutura bastante estável. Em São Paulo, por outro lado, a proporção de indivíduos que ascenderam é maior do que o dobro da porcentagem dos que desceram”. (...) “O padrão contrastante, e que em geral se aplica à cidade de São Paulo, resulta de modificações na estrutura de *status*, em si mesmo consequência do desenvolvimento econômico. As novas posições de *status* criadas durante o desenvolvimento significam que novas oportunidades para a mobilidade são oferecidas aos ambiciosos; e são oportunidades cuja exploração bem sucedida não depende de um movimento correspondente de outras pessoas. Não existe, em outras palavras, a troca de posições que caracteriza o padrão de mobilidade numa sociedade de estrutura estável, resultando um grande movimento ascendente (ou descendente) que não é contrabalançado por um movimento de iguais dimensões na direção oposta”.<sup>27</sup>

Tais características do processo de mobilidade social de São Paulo advêm do modo como se vem efetuando a expansão industrial. O país industrializa-se na época das grandes empresas, sem passar por uma fase de acumulação primitiva de capital. Os setores sociais “independentes” (pequenos proprietários, artesãos e camponeses) foram sempre, social e economicamente, inexpressivos. O avanço tecnológico, os melhores salários e condições de trabalho, o “progresso”, em suma, estiveram ligados à implantação da grande empresa industrial, notadamente ao capital estrangeiro, que trouxe novos padrões de racionalidade administrativa e de organização da produção. Os estratos sociais “independentes” não lograram alcançar, desde o período em que a grande lavoura predominava amplamente, nenhum reconhecimento social. Demais, em termos da remuneração do trabalho, tais atividades nem sempre foram muito gratificadoras. Por essas circunstâncias e como denotam as experiências profissionais concretas dos

---

<sup>27</sup> Bertran HUTCHINSON, *Mobilidade e Trabalho*, cap. 9, “Mudanças de Status Social de uma Geração para Outra”, C.B.P.E., Rio de Janeiro, p. 218.

indivíduos que anteriormente “trabalhavam por conta própria” ou como “empregados”, frequentemente *a incorporação ao meio operário, através da obtenção do emprego numa grande empresa industrial, tem mais o caráter de ascensão do que do rebaixamento na escala social.*

A aspiração de melhoria de vida, intensa entre os trabalhadores estudados, aparenta poder lograr-se mais facilmente por meios individuais do que coletivos. Como veremos adiante, a recusa do sindicato, ou sua utilização apenas para fins assistenciais, não resulta apenas da persistência de padrões tradicionais. Na realidade, o trabalhador utiliza-se “racionalmente” do sindicato. *Retira da instituição o que – nas condições atuais – ela pode dar e o que lhe interessa, o que lhe parece importante.* E, em consequência de um conjunto de determinações sociais mais gerais, e em grande parte precisamente isso que o sindicato pode fornecer. *As funções a que ele se dispõe correspondem às que o operário espera, isto é, ao projeto que o operário se dá.*

É preciso notar – no que tange à explicação da ausência de solidariedade profissional e de padrões coletivos de ação em função da persistência de valores e modos de comportamento tradicionais – que a própria migração já implica, em maior ou menor escala, uma *conduta não tradicional.* O trabalhador que recusa as condições de vida do meio rural e se dirige para o ambiente urbano, de algum modo já rompeu ou está em processo de rompimento com o meio de origem. Sempre que a migração for “voluntária”, isto é, não forçada por fatores socioeconômicos ou naturais (perda da terra ou seca, por exemplo), a simples aspiração de melhorar de vida, ascender socialmente ou obter melhores oportunidades profissionais traz implícita a adoção de pelo menos um valor típico das sociedades modernas. O trabalhador recusa viver como viveram seus pais e avós.<sup>28</sup>

O desejo de ascensão social, certamente, pode constituir um fator que tende a dificultar a adesão do migrante a movimentos coletivos e estimular a busca de soluções individuais. Contudo, no caso, não se lida somente com indivíduos que aspiram passar a uma categoria social superior mais sim com o comportamento de uma classe composta, em grande parte, por

---

<sup>28</sup> Este aspecto é apresentado por R. Aron como um dos traços que caracterizam a sociedade moderna: “No passado, cada geração achava normal viver como as precedentes; em nossas sociedades, é a vontade de todos de possuir mais e de viver melhor que é considerada normal”. Raymond ARON, *La Lutte de Classes*, Gallimard, Paris, 1964, p. 23.

grupos de trabalhadores que passam a integrá-la com a perspectiva de lograr uma melhoria de vida. O núcleo da questão é, pois, saber como se comportam, não indivíduos considerados isoladamente, mas uma categoria social orientada por tais valores num dado contexto político, social e econômico (política governamental, relações com as demais categorias sociais, possibilidades de expressão e ação política autônoma, vias de acesso e comunicação com o Poder, etc.).

As possibilidades de ascensão estão restringidas pelo sistema e pelas limitações dos próprios indivíduos, limitações de ordem profissional e educacional, entre outras, e das quais os trabalhadores estão conscientes. Por outro lado, as aspirações de ascensão social, na medida em que não são atendidas, tendem a tornar-se centro de frustração e descontentamento. Cumpre verificar porque tais aspirações, quando não preenchidas, não se traduzem no fortalecimento da solidariedade interna do grupo, mesmo sem a emergência de uma consciência negadora do sistema. As aspirações de integração na sociedade industrial e de melhoria de padrão de vida podem bloquear a estruturação de uma consciência revolucionária – semelhante à que apareceu entre o proletariado europeu no século XIX – mas não impedem necessariamente a emergência de atitudes reivindicativas mais agressivas, como mostra o exemplo do movimento operário norte-americano. O importante, em tais condições, não é apenas a correlação entre o nível de expectativas do proletariado e as possibilidades de satisfação que a ordem industrial lhe oferece. O outro elemento essencial para a compreensão do comportamento operário é que diz respeito aos *meios.* O problema da fraca coesão grupal e do baixo índice de participação nas atividades sindicais do operariado brasileiro pode ser melhor entendido se a análise for de molde a especificar quais os níveis de expectativas e aspirações do grupo operário, as possibilidades de atendimento que a ordem urbano-industrial lhe oferece, bem como os *instrumentos* que se apresentam ao trabalhador para lográ-los. Deste ângulo, *a questão da continuidade de modos de pensar, agir e sentir herdados do ambiente tradicional e a problemática do comportamento de mobilidade adquirem outra significação e podem ser incorporados numa análise mais inclusiva, a fim de se estabelecerem as conexões com o modo como se vem efetuando a industrialização brasileira, a formação da classe operária, as singularidades do sistema político e administrativo – especialmente a atuação do Estado como medidor das relações entre as*

*classes e grupos sociais – o papel e alcance dos sindicatos nas condições do subdesenvolvimento brasileiro, etc.*

Da perspectiva de um projeto de melhoria de vida, a obtenção de uma colocação na Empresa Automobilística representa a culminação da vida profissional. Trata-se de uma ascensão social para o trabalhador de origem agrícola que recentemente abandonou as atividades na lavoura; de uma melhoria de vida, tanto para o operário industrial que saiu das pequenas cidades do interior em busca de melhores oportunidades em São Paulo quanto para o operário radicado na Capital que simplesmente “trocou de empresa”. Em qualquer desses três casos, o trabalhador dirigiu-se para a Empresa Automobilística (como se teria dirigido para qualquer outra empresa deste ramo) em busca fundamentalmente de melhores salários, este fato merece ser salientado para que se compreenda melhor as atitudes que o grupo estudado manifestará com relação à empresa e ao trabalho. Ambos serão interpretados e avaliados basicamente em função do preenchimento da expectativa inicial: ganhar mais, poder subir de cargo.

De modo geral, estamos ante um grupo operário que efetivamente logrou uma elevação de seus padrões de consumo. Seus estratos superiores começam a participar de certos modelos de consumo típicos das sociedades industrializadas. Tal é, claramente, o caso dos ferramenteiros. Apesar disso, convém não nos enganarmos. As possibilidades aquisitivas dos trabalhadores da Empresa Automobilística, no seu conjunto, ainda estão muito longe das que se oferecem para as camadas operárias dos países efetivamente industrializados do Ocidente e, principalmente, aquém das expectativas desenvolvidas pelos modelos de consumo das sociedades modernas. As técnicas e as formas de organização industrial seguem o modelo existente nas sociedades desenvolvidas, mas a escala salarial é determinada tendo em conta as condições de mercado de trabalho nacional. Contudo, o grupo e os trabalhadores da empresa lograram indiscutivelmente ultrapassar o estágio da simples luta pela sobrevivência, na qual se encontra ainda grande parcela das camadas inferiores brasileiras. Procuraremos mostrar que tal situação acarreta forte ambiguidade nas orientações dos operários, nas quais se interpenetram a satisfação com o status atual e o pessimismo com relação ao futuro, a valorização da empresa e a rejeição da condição operária.

O outro ponto importante para a interpretação das orientações de tais trabalhadores que convém repetir é o fato de se tratar de um *grupo operário*

*em processo de formação e fortemente estimulado por aspirações de ascensão social ou de melhoria de vida.* Em termos da tipologia e das categorias propostas por Touraine e outros sociólogos franceses, o comportamento do grupo pode ser definido como marcado por uma conduta de *Mobilidade*,<sup>29</sup> embora no caso não lidemos unicamente com trabalhadores originários da agricultura.

Até aqui a análise incidiu unicamente nas características gerais dos trabalhadores da Empresa Automobilística. O capítulo constitui, destarte, uma sorte de “apresentação” do grupo ao leitor. Procuramos mostrar suas origens socioprofissionais, suas aspirações e expectativas, seu grau de formação escolar e profissional e sua situação enquanto consumidor. No capítulo subsequente procuraremos analisar o grupo de outro ângulo: em suas relações com a empresa.

---

<sup>29</sup> Touraine distingue três tipos de migrações, determinados a partir dos fatores responsáveis pela migração das áreas rurais e da decisão que acarreta a substituição da atividade agrícola pela industrial. Assim: I) *Deslocamento (déplacement)*, quando o trabalhador agrícola, incorporando-se ao trabalho fabril, não corta efetivamente suas relações com a comunidade de origem. Essa situação ocorreria tipicamente quando da instalação de uma empresa industrial no meio rural. “Existem muitos níveis no interior desse tipo, desde o caso de um camponês que se emprega por seis meses numa barragem, até o do que se instala na cidadezinha próxima, trabalhando numa empresa permanente, mas mantendo contacto regular com a família e a atividade agrícola, participando, em especial, dos grandes trabalhos de verão. Mas em todos esses casos, uma ocasião precisa deu forma a uma intenção, talvez e mesmo provavelmente latente: a iniciativa não partiu do próprio indivíduo”; II) *Partida (départ)*: “O agricultor ou o operário agrícola decide ir trabalhar na fábrica, abandonar a terra, tornar-se operário. O desenraizamento pode ser, segundo as circunstâncias mais ou menos completa mas é sempre querido ou, pelo menos, aceito. Não se trata mais de um deslocamento mas de uma partida”; III) *Mobilidade (mobilité)*: “O indivíduo que abandona seu meio social de origem é dirigido por uma vontade ou uma perspectiva de ascensão. Pode-se objetar que em todos os casos esta perspectiva existe, mas isso seria confundir uma situação econômica com a avaliação que dela faz o autor. Só se pode falar de conduta de mobilidade social quando a vontade de ascensão social comanda o deslocamento”. Alain TOURAINE e Orietta RAGALLI, *Ouvriers d'Origine Agricole*, Paris, Seuil, 1961, pp. 8 e 9. Para a análise da classe operária em formação, cf. Alain TOURAINE e Bernard MOTTEZ, “Classe Obrera y Sociedad Global” (especialmente, pp. 237 a 251, *Movilidad Social y Actitudes Obreras*), in: Georges FRIEDMANN e Pierre NAVILLE (ed.), *Tratado de Sociologia del Trabajo*, México, Fondo de Cultura Económica, 1963.